

# JORNAL DO BRASIL

Fundado em 1891

M. F. DO NASCIMENTO BRITO — *Diretor Presidente*

BERNARD DA COSTA CAMPOS — *Diretor*

J. A. DO NASCIMENTO BRITO — *Diretor Executivo*

MAURO GUIMARÃES — *Diretor*

FERNANDO PEDREIRA — *Redator Chefe*

MARCOS SÁ CORREA — *Editor*

FLÁVIO PINHEIRO — *Editor Assistente*

## Plantando o Atraso

O exercício constitucional brasileiro salva-se pelo lado da racionalidade quando procura mudanças capazes de refletir uma sociedade cheia de desequilíbrios e desigualdades internas, mas arrisca a perder-se quando começa a colecionar aberrações na Comissão de Sistematização. Ali, vão se empilhando sinais de xenofobia, como o conceito de empresa nacional, que exclui a empresa brasileira de capital estrangeiro, e sinais de demência, como quando oferece estabilidade a todo mundo no emprego, no exato momento em que a economia estatal mergulha na ineficiência e o setor público gera os maiores déficits da história econômica do país. Ou quando adota o monopólio estatal para a distribuição dos derivados de petróleo, ainda que, mediante concessão oficial, possa ser desempenhado por empresa nacional.

Em sã consciência, o que será de um Brasil com um déficit público do Produto Interno Bruto e uma lei de estabilidade que irá ancorar definitivamente os palitos pendurados nas cadeiras, enquanto os funcionários ociosos tomam cafezinho na esquina? Temos aí, só aí, uma clara demonstração do jogo de platéias em que se transformaram tantas votações saudadas como progressistas, mas que em seu fundo escondem o desejo de manter parálitica e atrasada a sociedade em benefício dos que entraram no mercado formal de trabalho, enquanto 40% de pobres disputam magérrimos 12% da renda nacional.

Demagogia, populismo e irresponsabilidade são as marcas registradas de um processo constituinte onde os segmentos de esquerda vão impondo sua vontade e criando fatos consumados à sombra das hesitações e dos descarrilamentos da liderança do partido majoritário.

A que estamos assistindo? A um PMDB que em um dia aponta um ministro da Fazenda saído de suas fileiras, e no outro repudia uma tímida renegociação

da dívida externa feita apenas para reabrir as portas do relacionamento brasileiro com o exterior. Assistimos a uma tremenda confusão de retóricas, como atribuir a montadoras de automóveis um poder monopolista que não tem num Estado que já monopoliza o petróleo, quase toda a produção de aços planos, grande parte da indústria petroquímica, largas fatias do mercado financeiro e assim por diante, contribuindo para os preços finais dos produtos industrializados com uma grossa fatia. Uma fatia monopolista que paira acima das acusações assacadas contra o setor privado, mesmo que esse setor, em todas as partes do mundo, seja dividido em número relativamente pequeno e concentrado de marcas.

É um filme disparatado, sem sentido, sem nexos, que não contribui em nada para consolidar o próprio papel da Constituinte, e que vai, aos poucos, solapando a confiança dos cidadãos no processo democrático. Vota-se a troco de nada, e vota-se a torto e a direito. Propõe-se, apenas a título de exemplo, acabar com os títulos ao portador, quando o governo emite títulos ao portador. Propõe-se taxar as grandes fortunas, sem que se defina o que é grande fortuna, e certamente sem considerar que a geração da riqueza é que conduz ao investimento, que gera empregos. Em todas as partes do mundo desenvolvido caminha-se para valorizar a acumulação empresarial de capital para investimento produtivo. Será essa acumulação uma forma de fortuna taxável? O que significa, nesse ambiente caótico, o lucro legítimo que enriquece o investimento produtivo?

Vive-se esse clima desconexo pela falta do exercício das lideranças no partido majoritário, que ainda não sabe se quer se alinhar com o populismo ou com os verdadeiros interesses nacionais a longo prazo. É preciso que essa novela saia para capítulos mais racionais, com urgência.